



MARILÚZIA PEREIRA CARDOSO

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO NACIONAL/TO**

Porto Nacional/2022

MARILÚZIA PEREIRA CARDOSO

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO NACIONAL/TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de título
de licenciada do Curso de Licenciatura em
Computação, do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
– IFTO, Campus Porto Nacional - TO.

Orientador: Prof. Me. Paulo César de Sousa
Patrício.

Porto Nacional/2022

MARILÚZIA PEREIRA CARDOSO

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO NACIONAL/TO**

Aprovada em 01/12/2022.

BANCA AVALIADORA

Prof.º Me. Paulo Cesar de Sousa Patrício (Orientador)
IFTO- Campus Porto Nacional

1º Avaliador - Prof.ª Me. Cynthia Souza Oliveira
IFTO- Campus Porto Nacional

2º Avaliador - Prof.ª Me. Lilissanne Marcelly de Sousa
IFTO- Campus Porto Nacional

CONCEITO FINAL: APROVADA



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar de Sousa Patricio, Coordenador**, em 13/12/2022, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Souza Oliveira, Servidora**, em 13/12/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilissanne Marcelly de Sousa, Coordenadora**, em 13/12/2022, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1833359** e o código CRC **EAEF50EF**.

Referência: Processo nº 23337.022055/2022-98

SEI nº 1833359

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

C268i Cardoso, Marilúzia Pereira
 INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES
 INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS
 DE PORTO NACIONAL/TO / Marilúzia Pereira Cardoso. – Porto
 Nacional, TO, 2022.
 57 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Computação)
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
Campus Porto Nacional, Porto Nacional, TO, 2022.

Orientador: Me. Paulo Cesar de Sousa Patrício

1. Educação. 2. Ensino. 3. Inclusão. I. Patrício, Paulo Cesar de
Sousa. II. Título.

CDD 004

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

"Este trabalho é dedicado a todos aqueles que como eu, acreditam em uma educação transformadora e inclusiva, pois ela (a educação) é que move o mundo, e a todos os professores que com seu trabalho e esforço me fazem acreditar que educação de qualidade se estende a todos".

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela oportunidade de vivenciar essa formação, tive a oportunidade de estar ao lado de pessoas incríveis. De ter contato com projetos que certamente me levaram a crer que a sala de aula é o meu lugar. Agradeço a todo corpo docente do IFTO- Campus Porto, principalmente aqueles que me motivaram a não desistir, que por mais difícil que a situação estivesse me impulsionaram para não deixar a peteca cair.

Meu agradecimento especial para a professora quase doutora Kênya Maria Vieira Lopes, você é um exemplo de dedicação, de força! Aprendi muito com você durante as nossas aulas, dona de uma didática impecável, uma professora que enxerga a realidade do seu aluno. Obrigada por me incentivar a conquistar meus sonhos.

Quero agradecer também ao professor Paulo Cesar de Sousa Patrício é uma honra ser orientada por você, um exemplo de superação, de força de vontade e trabalho duro! Tivemos tantos bons momentos nos SILICs durante este tempo em que convivemos. Me mostrou como é ser uma boa profissional, ser mais humana e entender os alunos, expôs que a realidade e o que vemos em sala de aula nem sempre são a mesma coisa, e que podemos mudar isso. Obrigada por me fazer chegar até aqui.

Não posso deixar de falar do bem mais precioso que tenho, agradeço a minha família por estar sempre ao meu lado, mesmo eu não sendo a pessoa mais fácil de lidar. Minha mãe Florinda Cardoso de Sousa, a quem herdei não só aparência, mas também a força de vontade, obrigada mãe, essa conquista também é da senhora. Minha pequena Ana Maria você é minha maior inspiração, filha quero que no futuro você se orgulhe da mãe que estou tentando ser para você.

A família que Deus me permitiu escolher eu agradeço pela força e por me ouvirem reclamar, chorar e também por se alegrarem comigo! A minha comadre Francineia Menegucce, as minhas amigas de infância: Amanda da Silva Fernandes e Tatielly Dominick, ao meu amigo, companheiro de todas as horas Matheus Francisco e Leilessanne Batista nosso triplex, aos presentes que recebi esse ano Daniel Barros e Nathalia Araújo Dias.

Simplesmente obrigada por me darem forças para continuar e por sonharem comigo sempre, agradeço pelas palavras de incentivo e os puxões de orelha. E por fim, agradeço a mim por não desistir apesar das dificuldades, ter persistido para que pudesse estar aqui hoje. Só consigo sentir gratidão. Foi lindo de viver!

“Temos de saber aonde queremos chegar para encontrar um caminho, porque não existe o caminho, mas caminhos a escolher, decisões a se tomar. E escolher é sempre correr riscos. ”

-Maria Teresa Égler Mantoan

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1.	Censo Demográfico 2010-Pessoas com deficiência.....	20
Imagem 2.	Interação entre os componentes da CIF. Adaptação: OMS (2003)	22

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 Processo de Formação.....	44
Gráfico 02 Número de Alunos com Deficiência.....	45
Gráfico 03 Tipos de Deficiência dos Alunos.....	46
Gráfico 04 Participação da Família.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIF- Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP -Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais

NEE - Necessidades Educacionais Especiais

TICs- Tecnologias da Informação

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1- Conceitos de Inclusão.....	18
2.2 Inclusão social.....	19
2.3 Inclusão Cultural.....	20
2.4 Inclusão Digital.....	20
2.5 Inclusão Educacional.....	22
2.6 Deficiências.....	23
2.6.0 Terminologia	24
2.6.1 Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).....	25
2.6.2 Deficiência Física.....	26
2.6.3 Deficiência sensorial.....	27
2.6.4 Deficiência Intelectual.....	27
2.7 Trajetória de inclusão no Brasil	28
2.8 Processo de inclusão da escola.....	33
2.9 Formação de professores para lidar com a inclusão.....	35
2.10 Educação Especial e Educação inclusiva	40
3.METODOLOGIA	43
3.1-Materiais e métodos.....	43
3.2-Universo da Pesquisa.....	44
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	45
4.1 Dados do Questionário.....	45

5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	51

RESUMO

A presente pesquisa teve como tema inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental em escolas municipais de Porto Nacional/TO. Como questão norteadora foi estabelecido o seguinte questionamento, como está sendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas municipais Celso Alves Mourão e Delza da Paixão Pereira em Porto Nacional? Teve como objetivo: analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas municipais Celso Alves Mourão e Delza da Paixão Pereira em Porto Nacional. A metodologia utilizada é a pesquisa de campo com abordagem qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário. Como resultado do estudo pode ser verificado que as escolas contam com uma rede de professores capacitados com formações necessárias para atender esses alunos, oferecem salas de atendimento especializado ou sala de recursos, em que o aluno é acompanhado no contra turno. Outro ponto importante observado é a figura do auxiliar do professor, apesar do nome sugerir que o profissional esteja ali para auxiliar o professor o mesmo tem como função facilitar o processo de inclusão do aluno deficiente, este dependendo da necessidade do aluno atua em momentos específicos.

Palavras-chave: Inclusão. Escola. Deficiência. Anos iniciais.

ABSTRACT

This research had as its theme Inclusion of students with Disabilities in the initial grades of Elementary Education in Municipal Schools Porto Nacional/TO. As a guiding question, the following question was established: How is the Process of Inclusion of Students with Disabilities in the Initial Series of Elementary Education in the Municipal Schools Celso Alves Mourão and Delza da Paixão Pereira in Porto Nacional? It aimed to: analyze the Process of Inclusion of Students with Disabilities in the Initial Series of Elementary Education in Municipal Schools Celso Alves Mourão and Delza da Paixão Pereira in Porto Nacional. The methodology used is field research with a qualitative approach, using the questionnaire as a data collection instrument, as a result of the study it can be verified that the schools have a network of trained teachers with the necessary training to serve these students, specialized service or resource room, where the student is accompanied in the counter shift. Another important point observed is the figure of the teacher's assistant, despite the name suggesting that the professional is there to help the teacher, whose function is to facilitate the process of inclusion of the disabled student, this depending on the student's needs, acts at specific times.

Keywords: Inclusion. School. Deficiency. Early years.

1. INTRODUÇÃO

A educação em geral está pautada por mudanças, quando se pensa em educação inclusiva logo vem à mente as muitas possibilidades que envolvem a temática. Trazendo como referências para este processo as dificuldades encontradas pelo professor, o aluno a ser incluída, a família em questão, e a gestão escolar.

Segundo o censo de 2010 do IBGE cerca de 24% da população brasileira já assumiu que possui algum tipo de deficiência, tem se por consequência um aumento na procura de escolas que possam oferecer esse tipo de educação, nesse sentido compreende-se a importância das leis e declarações que amparam o indivíduo.

Com a diversidade encontrada em uma escola dita normal, podemos encontrar uma variedade de assuntos que possam chamar atenção devido a sua importância, com a educação inclusiva não é diferente. Pensamentos de como esse modelo de educação acontece e se de fato atende aqueles que realmente precisam, não passam despercebidos quanto ao professor e o pesquisador.

Diante disso, esta pesquisa foi norteadas pelo seguinte questionamento: Como está sendo o Processo de Inclusão dos Alunos com Deficiência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais Celso Alves Mourão e Delza da Paixão Pereira em Porto Nacional??

Foi estabelecido como objetivo geral: analisar o Processo de Inclusão dos Alunos com Deficiência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais Celso Alves Mourão e Delza da Paixão Pereira em Porto Nacional.

Foram elencados como objetivos específicos: (i) identificar os alunos com deficiências nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas municipais Celso Alves Mourão e Delza da Paixão Pereira. (ii) verificar quais são os desafios do processo de inclusão dos alunos com deficiências nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas municipais Celso Alves Mourão e Delza da Paixão Pereira; (iii) identificar quais são as ações que o poder público juntamente com gestão dessas escolas estão realizando para promover a inclusão desses alunos.

Inclusão é um processo que deve ser entendido para que este seja de fato realizado, falar sobre isso é um primeiro passo para este entendimento e poder

mudar a realidade de muitas pessoas, a escola tendo um papel primordial como formadora de cidadãos e o professor como instrumento para tal, são canais de inclusão. Mas só a escola e o professor sozinhos não são agentes desse processo, mas toda sociedade em geral, começando pela família e a comunidade que este indivíduo está inserido.

Esse trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução. No segundo capítulo, o qual consta o referencial teórico, são discriminados acerca das diferentes deficiências; os conceitos de inclusão; trajetória de inclusão no Brasil, formação do professor, e, a educação inclusiva comparada a educação especial. O terceiro capítulo trata sobre a metodologia utilizada, a qual consiste em método qualitativo e em estudo de caso, aborda também os sujeitos participantes e os procedimentos metodológicos. O quarto capítulo engloba a análise e os resultados e discussões dos dados coletados. E por último, o capítulo cinco que apresenta as considerações finais, as limitações e as sugestões para um trabalho futuro. Seguido das referências de os aportes teóricos utilizados para fundamentar a presente pesquisa.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceitos de Inclusão

Segundo o dicionário online, a inclusão pode ser definida como “Integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade: políticas de inclusão”. Ou seja, incluir é um processo que ocorre para sanar uma dificuldade de acesso encontrado, seja ela por meio de uma deficiência ou outro fator como social, educacional, cultural, digital. Para que a verdadeira inclusão seja realizada de fato é necessário entender as questões que envolvem essa temática.

Para Amiralian (2005, p.60) o que deve ficar em evidência é que a inclusão não se trata apenas de pessoas com deficiência, seja ela no âmbito escolar ou não, mas sim um movimento que abrange outras esferas sociais, portanto falar de inclusão vai além da escola, mas também começa nela. Amiralian (2005, p.59) ainda ressalta que:

Há várias interpretações e posturas em relação à inclusão. Como bem dizem Fuchs e Fuchs 1, este termo tem assumido o significado desejado por quem o utiliza: para aqueles que se assustam com mudanças, têm significado manter o que já existe, e, para aqueles que desejam uma reorganização total do sistema educacional, pode significar um rompimento com a situação vigente.

A inclusão pode e é entendida de diversas maneiras, assumindo significados próprios para aqueles que a utilizam, podendo mudar totalmente a realidade já vivenciada ou permanecer da mesma forma. Portanto, entender este fenômeno é um dos primeiros passos a serem dados para efetivação da inclusão, algumas terminologias podem contribuir para esse entendimento tais como incluir, integrar e integração.

Nesse sentido, incluir se dá o fato de compreender, abranger, conter em si, envolver, implicar. Estar incluído ou compreendido, fazer parte, figurar entre outros, pertencer junto com outros (AMIRALIAN, 2005, p. 61 apud dicionário Aurélio).

Já integrar é tornar inteiro, completar, inteirar, juntar-se tornando parte integrante, reunir-se, incorporar-se. (AMIRALIAN, 2005, p. 61 apud dicionário

Aurélio). Por fim, a integração pode ser definida como Ato ou efeito de integrar. "(Sociol.) Unificação social, processo que assegura a inteireza de um grupo social ou instituição." (AMIRALIAN, 2005, p. 61 apud dicionário Aurélio).

Para Silva e Panarotto (2014, p. 05) a inclusão terá algum resultado se a sociedade como um todo olhar integralmente para a pessoa com deficiência.

A inclusão é um caminho longo, e somente terá resultado se todos conseguirem ver a pessoa com deficiência com os olhos de quem não vê a incapacidade, mas sim a possibilidade de ela estar junto de pessoas ditas normais. Para abraçar a causa da inclusão diversas entidades e escolas implantaram programas de ações inclusivas, e assumiram o compromisso de atender às suas necessidades, por constatarem que todos integram uma sociedade que reproduz a exclusão dos que equivocadamente são considerados fora dos padrões exigidos por esta sociedade.

Observando estes conceitos pode se perceber que a inclusão vai além daquilo que é apresentado, pois existe um processo a ser seguido e o ato de incluir envolve uma dinâmica Intersetorial, por mais que ela comece na educação ela se estende para outras áreas.

Contudo, Lopes (2009, p. 154) afirma que além disso, entender a inclusão como conjunto de práticas que objetivam os indivíduos de forma que eles passem a olhar para si e para o outro, sem necessariamente ter como referência fronteiras que delimitam o lugar do normal e anormal, do incluído e do excluído, do empregado e do desempregado. Para que o indivíduo não seja condicionado por suas dificuldades ou necessidades, que ele tenha uma visão ampla de si e do outro.

2.2 Inclusão social

Para Sassaki (2009, p. 13) a inclusão social é a forma pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas que foram excluídas desses sistemas e, simultaneamente, essas pessoas também se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Pensando assim Freire (2008, p. 05) defende que a inclusão é um movimento educacional, contudo ela é social e política pois vem defender que todos os indivíduos participem de forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros, pois este é seu direito.

Sendo assim a sociedade como todo deve participar deste fenômeno, pois em algum momento participou de uma minoria a ser incluída, como dito anteriormente a inclusão acontece em todas as esferas.

2.3 Inclusão Cultural

Wilder (2009, p. 26) afirma que Inclusão cultural como meio de um processo de construção de identidade coletiva e autoestima, que valoriza a sua própria cultura, qualquer que seja, criará condições para a adoção de posturas críticas frente ao seu entorno, para uma conscientização de cidadania? Certamente, é um processo que inclui discussões relativas às várias questões relacionadas com identidade e que possibilita uma consciência mais clara dos valores envolvidos e a percepção dos valores negativos de uma cultura de massa.

Nesse sentido (D'ANTINO E MAZZOTTA, 2011, p.379):

O universo cultural abarcando esses três níveis caracteriza a vida social que não se limita a objetos e fatos de um mundo natural, já que se constitui pelas ações, manifestações verbais, símbolos, textos, construções materiais de grande variedade e de sujeitos que se expressam por meio desses artefatos procurando entender aos outros e a si mesmos.

Mostrando assim que a cultura é um conjunto de fatores que podem definir o indivíduo, lembrando que não está limitada a fatores como as manifestações verbais, os objetos, as crenças do mesmo.

2.4 Inclusão Digital

Inclusão Digital é, como ponto de partida, o acesso à informação que está nos meios digitais e, como ponto de chegada, "a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas" (SILVA ET AL. 2005, p. 30). Portanto, todo acesso aos meios digitais podem ser considerados inclusivos, sendo eles por parte de todas as pessoas, sem detrimento por sua cor, gênero, religião e condições financeiras. Nesse contexto, nos diz que a inclusão digital deve ser vista sob o ponto de vista ético, sendo considerada como uma ação que promoverá a conquista da "cidadania digital" e "contribuirá para uma sociedade mais igualitária, com a expectativa da inclusão social". (SILVA ET AL. 2005, p. 30)

A inclusão digital vai muito além de apenas ter habilidades consideradas básicas na utilização da internet e dos computadores, pois inclui o usuário para interesses não só individuais, mas também comunitários, sem esquecer da responsabilidade e do ser cidadão como aponta (SILVA ET AL. 2005, p. 33):

Nesse sentido, a proposta de universalização de serviços, constante do Livro Verde, traz como inerente ao conceito de inclusão digital não só a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também a capacitação para utilização dessas mídias, em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania.

Estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão. Cabe às várias esferas de governo, também ao poder local, dar a oportunidade de incluir a população nos benefícios do mundo em rede, promover a cidadania digital e consolidar os direitos à cidadania (MARTINI, 2005,p. 22), como dito e dever do estado promover a inclusão do indivíduo a cultura digital por meios de políticas públicas, para assim fazer com que seja garantida a cidadania do mesmo, fazendo com que este não fique à margem, pois poderá ter acesso a informação de qualidade e em tempo real.

Demo (2005, p.37) alerta que:

É problema agudo de países atrasados, mas acomete também vastas camadas em países avançados, porque muitos adultos/idosos não se propõem mais inserir-se na sociedade digital com autonomia. Usam produtos digitais como consumidores (da nova mídia, por exemplo), mas não se dispõem mais a desenvolver habilidades digitais de manejo próprio.

Uma problemática apontada por Demo (2005,p. 37) e que ocorre não só nos países subdesenvolvidos, é o fato de não existir certa autonomia no processo de inclusão digital por parte dos idosos, pois estes atuam apenas como consumidores digitais.

Existe ainda outro ponto a ser discutido é o fato de que as tecnologias digitais ou de informações (TICs) sejam meramente reduzidas a instrumentos de capacitação dos jovens para o mercado de trabalho, como aponta (BONILLA, 2010.p.42):

Consideramos que é necessário ultrapassar a ideia de uso das TIC como ferramenta de capacitação para o mercado de trabalho, através de cursos técnicos para a população de baixa renda, ou então como meras ferramentas didáticas para continuar ensinando os mesmos conteúdos na escola, espaços onde normalmente é proibido o acesso a salas de bate-papo, jogos, comunidades virtuais e a uma outra variedade de sites.

Tendo em vista que tal comportamento por parte da sociedade não configura como inclusão de fato. A autora ainda salienta que a escola não deve ficar de fora dessas discussões pois ela também possui papel fundamental neste contexto (BONILLA, 2010, p.42).

2.5 Inclusão Educacional

Segundo Mantoan (2003, p.12) a inclusão educacional se mostra na forma de romper barreiras que a escola ainda possui:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo.

Com esse “entupimento” a que a autora se refere, a escola passou a ser um lugar em que apenas se repete a informação, não deixando espaço para a mudança, para a fluidez que é o ato de ensinar. Freire (2008, p. 05) salienta que:

No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características.

Sendo assim a inclusão é uma forma de assegurar o pleno desenvolvimento do aluno, pois este vai com plenitude exercer sua cidadania, tendo em vista que terá acesso à educação de qualidade, que vai focar não só na sua diferença, mas naquilo que ela pode proporcionar ao seu aprendizado, uma vez que todo aluno/indivíduo possui uma particularidade a ser explorada, no sentido de que se bem vista e estimulada poderá fazer com que este alcance uma aprendizagem satisfatória. Portanto, a inclusão tem como objetivo a garantia de que todos os alunos, independentemente das suas características e diferenças, acedam a uma educação de qualidade e vivam experiências significativas. (FREIRE, 2008,p.09).

Nesse sentido (SILVA E PANAROTTO, 2014, p. 05):

Por isso, a inclusão é um movimento que busca repensar a escola para que passe de escola da discriminação para aberta a todos. Porém se reconhece que não basta simplesmente inserir fisicamente os alunos na escola, é necessário salas de aula adequadas, bibliotecas, banheiros e acessos inclusivos, necessita também de um Projeto Político Pedagógico formalizado e, principalmente, professores preparados, e alunos dispostos a conviver com essa nova realidade.

Ou seja, a inclusão está diretamente ligada ao movimento de que a escola está aberta a todos, com espaços condizentes com a realidade de cada um.

2.6 Deficiências

Segundo a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, que em seu artigo 1º delibera: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interações com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”, essa seria uma definição que caracteriza pessoa com deficiência, ainda neste sentido a Lei Federal nº 13.146/2015, que faz a regulamentação interna das deliberações desta Convenção da ONU, prevê em seu artigo 2º:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. É sabido que antes esta “definição” por assim dizer era feita por intermédio de um profissional da medicina, este é quem avaliava e afirmava se a pessoa era deficiente ou não. Nessa perspectiva Gaudenzi e Ortega (2016, p. 3062) expõe:

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência deve ser médica e social; enquanto a primeira enfatiza as funções e estruturas do corpo para caracterizar a deficiência, a segunda pondera sobre os fatores ambientais e pessoais envolvidos. Ambas, diz o Estatuto, devem levar em consideração a limitação do desempenho das atividades segundo suas especificidades.

Portanto deve se olhar como um todo, não apenas uma ótica médica (em que acreditava que a deficiência era algo inerente à pessoa) mas também de maneira social, mostrando que “ deficiência, para o modelo social, não está nos indivíduos, mas na incapacidade da sociedade de se ajustar à diversidade” (WEID, 2016 apud

OLIVER, 1990, p. 104) que reconhece o indivíduo de maneira significativa para a sua inclusão. Weid (2016,p.105) ainda completa:

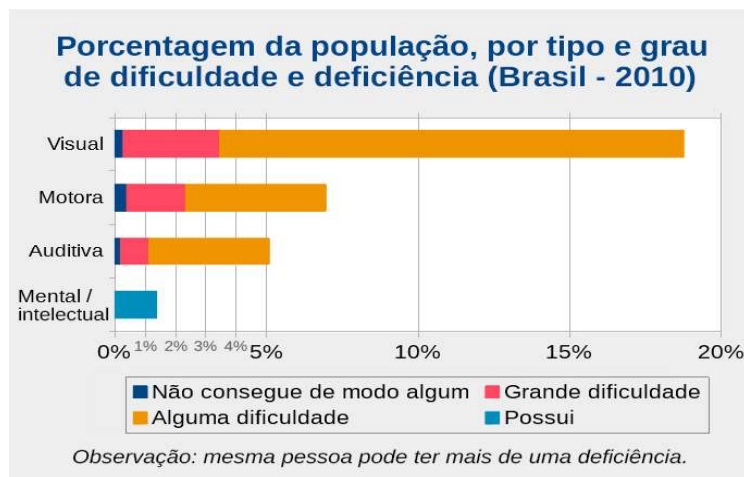
Ressignificar o conceito de deficiência é, portanto, colocá-lo em um contexto social, mostrando que os problemas e julgamentos de inferioridade que pessoas com deficiência enfrentam são produzidos pela interação com um ambiente cultural - tanto material quanto psicológico - que estaria em desacordo com o funcionamento ou a configuração de seus corpos.

Silva (2020) apud Vygotsky (2012,p.221)

Traz a concepção de que não é necessário compreender a deficiência como algo biológico e limitador, mas sim uma parte do sujeito, sua atual condição, entender que não deve haver a coisificação do mesmo, mas sim, ações processuais que contemplem as contribuições do sujeito e sua interação com o entorno, isto é, a relação entre o homem e sociedade...

No Brasil existe uma média de 45 milhões de brasileiros que afirmam possuir algum tipo de deficiência, sendo ela visual, auditiva, de locomoção e deficiência intelectual, segundo o Censo 2010 (último a ser realizado). Esse número representa cerca de 24% da população brasileira, como mostra a figura abaixo.

Imagem 1. Porcentagem da população



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

2.6 Terminologia

Segundo Weid (2016) apud (Foucault, 2010; Martins, 2006. P. 103) O conceito de deficiência emerge da biomedicina como uma formação patológica por oposição a um modelo de normalidade corporal que rege os discursos e as práticas médicas, ou seja, uma pessoa com deformidade ou fora do padrão corporal, mental e etc. dito como “normal” se enquadra nesta terminologia.

O conceito de Pessoa com Deficiência foi adotado depois da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sendo este um marco, e legitimado pelo ordenamento jurídico na forma do artigo 5º, §3º, da Constituição Federal. Para Maia (2008, p.09):

Tal conceito, de caráter social, tem como núcleo para caracterização da deficiência a interação dos impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial com diversas barreiras, gerando como resultado a obstrução da participação plena e efetiva do indivíduo na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Os termos anteriormente utilizados como “portadores de necessidades especiais” ou até mesmo “portadores de deficiência” remetem a algo que pode ser passageiro, e em se tratando desta temática nem sempre essa condição é passageira, pois usando esta terminologia acaba que se remete como uma doença entrando em discordância, pois esta não é uma doença, no entanto a limitação pode advir de uma doença, não necessariamente sendo uma regra.

2.6.1 Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)

A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde é um documento que visa o amparo e o reconhecimento da pessoa como um todo.

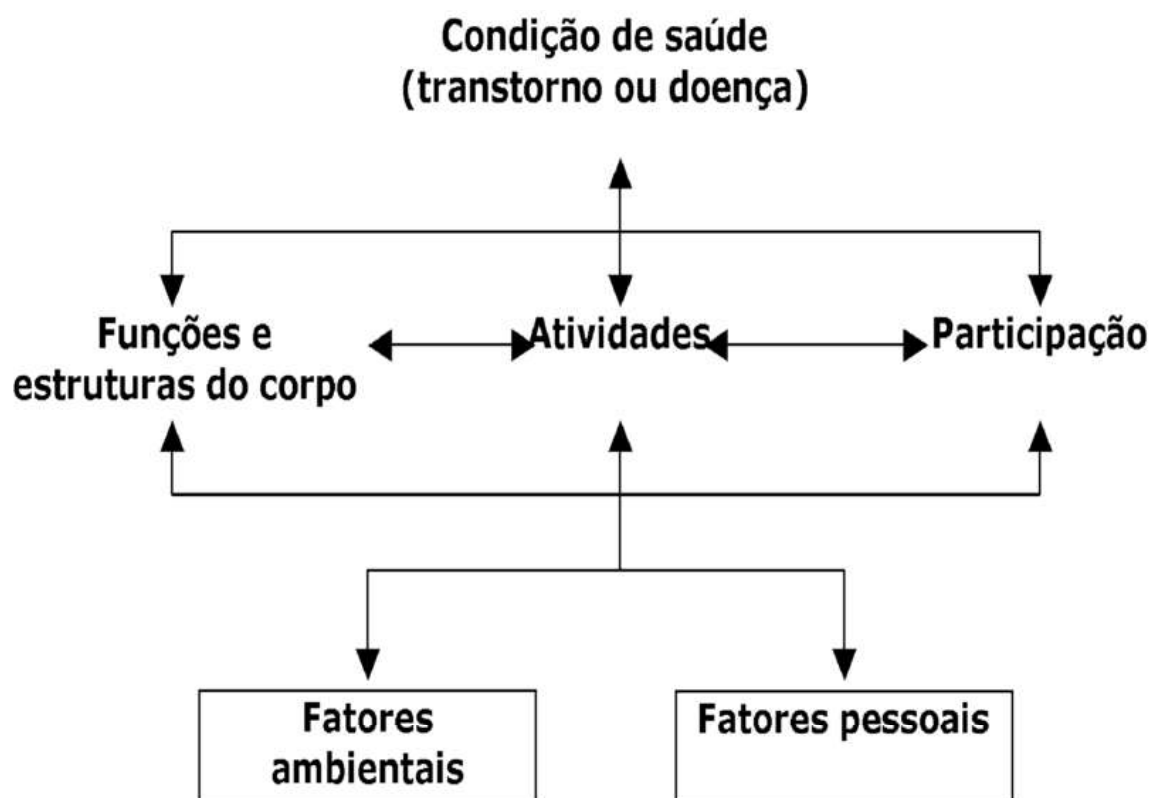
Como Nubila (2010, p.123) propõe em uma nota técnica, vale ressaltar que:

A CIF reconhece que todo ser humano pode experimentar uma perda ou diminuição na sua saúde e, portanto, experimentar alguma incapacidade. Isto não é algo que acontece somente a uma minoria da humanidade, mas é uma experiência humana universal. Mudando o foco da causa para o impacto, todas as condições de saúde são colocadas em pé de igualdade, permitindo que sejam comparadas, usando uma medida comum, uma escala de saúde e de incapacidade.

Segundo Farias e Buchalla (2005, p. 187) também representa uma mudança de paradigma para se pensar e trabalhar a deficiência e a incapacidade, constituindo um instrumento importante para avaliação das condições de vida e para a promoção de políticas de inclusão social.

O que é a CIF? É a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, que está em sua 10ª revisão, ou seja, ela é um documento que “padroniza” assuntos relacionados à saúde, em seu esquema ele explicita como é feita essa classificação:

Imagem 2. Condição de saúde



Fonte: Interação entre os componentes da CIF. Adaptação: OMS (2003)

2.6.2 Deficiência Física

Segundo Silva e Volpini (2014 apud Schirmer et al. 2007 p. 23) a deficiência física pode ser definida como:

O comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grande (sic) limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida.

O decreto nº 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999) da legislação brasileira, pode encontrar como conceitos sobre deficiência, e que podem esclarecer dúvidas que possam vir a surgir, sendo assim:

conforme segue: Art. 4º: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

Nesse sentido a deficiência física é dada como uma limitação parcial ou total da parte física do corpo humano, contudo Silva e Volpini (2014 apud Mendes e Faria 2005, p. 24), ressaltam que;

Os deficientes físicos severos apresentam uma aparência física diferenciada. Muitos dos deficientes físicos severos não apresentam comprometimento intelectual. Portanto não devemos pensar que eles não podem aprender, agindo assim, estamos pensando errado, pois é apenas seu corpo que impossibilita de realizar trocas com o meio, e não sua mente

Sendo de vital importância políticas públicas de inclusão tanto na educação quanto nos meios de convivência em geral do indivíduo.

2.6.3 Deficiência sensorial

Entende-se como deficiência sensorial aquelas relacionadas aos sentidos da visão, audição para Silva (2020, p. 224) conceituar essas especificidades poderá fazer a distinção entre a surdez, deficiência visual, cegueira e mudez.

2.6.4 Deficiência Intelectual

No que diz respeito à deficiência intelectual o decreto nº 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999) da legislação brasileira diz;

IV - Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho;

2.7 Trajetória de inclusão no Brasil

A preocupação com a inclusão no Brasil (ou/e educação especial), remota do período Imperial em que segundo Ziliotto e Gisi (2018, p.102) as primeiras concepções acerca da educação especial em nosso país remontam à época do Império e início da República, num período em que os discursos de políticas públicas educacionais praticamente não mencionaram a escolarização para pessoas com deficiência.

Schmitt (2007, p.20) afirma que para situar o contexto atual da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas comuns, é importante percorrer a história. A educação desses alunos, que antes se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas duas últimas décadas para a Educação Inclusiva. Porém apesar de se falar em inclusão, a mesma não estava diretamente ligada ao ensino da pessoa com deficiência, tidos como “anormais”.

Com isso foram surgindo institutos ligados a instituições religiosas que faziam o acolhimento desses indivíduos, no entanto estas instituições não possuíam cunho pedagógico, mas sim assistencialista, que separavam as pessoas com deficiência da sociedade Ziliotto e Gisi (2018,p.102).

Os primeiros institutos que se tem registro desta época são o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje é o atual Instituto Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos (1857) chamado hoje de Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). À época, o intuito maior com a educação das pessoas com deficiência restringia-se à instrução básica e no caso das crianças surdas, ministravam-se as matérias de história, o catecismo, a aritmética, a geografia, a agricultura teórica e prática e ainda Ziliotto e Gisi (2018,p.101).

Schmitt apud Amaral (2007,p.21) mostra que na década de 70, com o surgimento da proposta de integração de alunos com deficiência, estes começaram a frequentar as classes comuns. Às áreas de Psicologia e Pedagogia passaram a demonstrar as possibilidades educacionais desses alunos, uma então pequena mudança começa a acontecer na realidade das pessoas com deficiência, mesmo

que o ingresso em salas de aulas regulares sem nenhum preparo. Nas décadas seguintes esse modelo de inclusão começou a ser repensado como aponta a Schmitt (2007,p.22):

Nas décadas de 80 e 90, a proposta de inclusão de ANEEs surgiu como uma perspectiva inovadora em relação à proposta de integração da década de 70, já citada acima, cujos resultados não modificaram muito a realidade educacional desses alunos. A nova proposta de inclusão indicava, naquele momento, que os sistemas educacionais passariam a ser responsáveis por criar condições para uma educação de qualidade para todos e fariam adequações que atendessem às necessidades educacionais dos alunos.

Foi percebido que o modelo de inclusão que estava sendo seguido não acrescentava de forma satisfatória a vida deste educando, por isso uma nova proposta fez se necessário para se alcançar os objetivos desejados, e a escola começaria a ser responsável por esse modelo, promovendo as devidas adaptações necessárias.

O estado garante a pessoas com deficiência o direito à educação básica, com isso Camargo (2017. p.01) afirma que a inclusão, portanto, é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem. Consequentemente esse processo vai além da educação, contudo é onde a mesma tem início. Mantoan (2003. p.20) ainda completa que o direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença, fazendo com que assim as diferenças sejam vistas não apenas como fator de separação, mas de união e que seja explorada da melhor maneira, para que de fato haja políticas públicas que garantam esse direito.

Educação inclusiva não é um assunto particularmente novo, pois pode se encontrar documentos e legislações que façam o amparo desta. Em âmbito internacional a Declaração de Salamanca de 1994 (UNESCO), a Declaração Mundial Educação para Todos em Jomtien 1990 (UNESCO), a Conferência Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Organização das Nações Unidas [ONU], 2006). No que diz respeito ao Brasil pode se encontrar amparo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 entre outras.

Já na Declaração Mundial sobre Educação para Todos mostra que (SCHMITT, 2007.p.24) apud (BRASIL, 2000):

Observando outros aspectos da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, o objetivo principal é satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Subentende-se, então, que os citados portadores de deficiências estão incluídos, mesmo que no artigo 3, alínea 4, não estejam listados no grupo dos excluídos. De qualquer forma, as metas e propósitos ali estabelecidos causaram mudanças nos governos e sociedades, desdobrando ações e projetos em prol do alcance das necessidades básicas de aprendizagem para todos.

A educação de qualidade deve ser ofertada a todos, sanando assim deveres básicos de aprendizagem, seja a pessoa deficiente ou não, seja criança, adulto ou jovem, fazendo com que assim os governos assumam de fato esta responsabilidade.

A Declaração de Salamanca (1990) abrange os conceitos de inclusão, pois ele afirma que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)"

Tendo em vista esta perspectiva este documento defendeu os pontos a serem alavancados no que diz respeito a educação inclusiva, pois todo indivíduo possui uma singularidade em que pode tornar a ser um empecilho ou não para a vida acadêmica do mesmo. Sendo o papel da escola como agente transformador dessa realidade, colaborando com as devidas adaptações tanto na estrutura física quanto na estrutura dos currículos, facilitando o processo de ensino aprendizagem. Neste sentido, a declaração reforça a ideia de que a educação é realmente para todos. Sendo assim aponta Schmitt (2007,p.25):

Com esse fim, os especialistas ali reunidos estabeleceram um plano de ação tendo como princípio norteador o fato de que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Inicia-se, então, o grande desafio para as escolas, no sentido de desenvolver, a partir dos subsídios oferecidos na Declaração de Salamanca, uma pedagogia capaz de educar com êxito todos os estudantes.

Este encontro foi o marco para a educação inclusiva, é o gerador de ideias e desafios tanto para o governo como para as instituições escolares, pois estes tiveram que rever os seus conceitos e práticas educacionais.

O decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 no seu Art. 24. Assegura que;

I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino;II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino;V - o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano; e VI - o acesso de aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.

Os mesmos artigos em seus incisos complementam;

§ 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência. § 2º A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios. § 3º A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano. § 4º A educação especial contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas. § 5º Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas à acessibilidade.

Anterior a este decreto com a maior visibilidade das pessoas com deficiência é uma maior organização por parte da sociedade Ziliotto e Gisi (2018.p. 106) com manifestações que pediam por igualdade de acesso, permanência de todos na educação foi publicada a constituição cidadã isso em 1988. Neste sentido Ziliotto e Gisi (2018,p.106):

O Artigo 6º, da referida lei, assegura-se a garantia à educação como um dos direitos sociais, garantia fundamental e dever do Estado. Nessa Carta Magna, nos Artigos 206 e 208, apregoam-se a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Para que este documento fosse construído e os movimentos da sociedade civil ter ganhado forças deve se levar em conta a Declaração de Jomtien, na

Tailândia (1990) durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, que apresentou como proposta o plano de ação focando transformações nos sistemas de ensino, com a finalidade de assegurar a inclusão e a permanência de todos na escola (ZILIOTTO E GISI, 2018,p.106). Em seu Artigo 3º, proclama“(...) as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência requerem atenção especial, medidas que garantam igualdade de acesso à educação” (BRASIL, 2010).

Outro marco importante para o processo de inclusão, foi a publicação em 2009 do decreto n. 6.949 que dispõe da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A mesma entende que a inclusão de fato é “um processo em evolução e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL. 2007).

Segundo com Ziliotto e Gisi (2017, p. 7664 Apud Ziliotto e Gisi 2018,p. 107):

As ideias de escola inclusiva se fortaleceram na década de 1990, num movimento mundial em defesa da inclusão escolar das pessoas com deficiência, influenciando as políticas educacionais brasileiras, estabelecendo a responsabilidade do Estado para a efetivação da inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial.

Foi a partir desta década que com apoio mundial as políticas para a inclusão escolar ganharam cada vez mais força. Com essa perspectiva foi necessária uma mudança no sistema educacional brasileiro, com atuação ainda maior do poder público no quesito a efetivação de políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência, desde adequação dos ambientes escolares, até a formação do professor.

Com isso Ziliotto e Gisi (2018,p. 107) aponta que:

O Brasil tornou-se um país signatário dessas convenções, fator que influenciou o movimento inclusivo no sistema educacional do país e foram determinantes para a formulação de várias legislações que se seguiram, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que vem repercutindo até os dias atuais. Pautada nos princípios da promoção da cidadania, igualdade, liberdade e democracia, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei no 9.394/96, em 20 de dezembro de 1996, e a educação especial, nesse documento, ganha maior evidência.

Por conseguinte, pode-se perceber que os avanços voltados para a educação inclusiva aconteceram de forma morosa, tendo em vista toda a trajetória das políticas públicas como apontam as autoras (ZILIOTTO E GISI, 2018,p. 109)

A análise que efetuamos nas seções precedentes permite-nos sublinhar que a trajetória das políticas públicas educacionais voltadas à educação especial foi se constituindo lentamente ao longo dos anos, seguindo um processo histórico de inovações políticas no campo educacional, que exigem na atualidade novos olhares e posturas pautadas na educação inclusiva.

Com base em pesquisas realizadas pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira) do ano de 2010 tem o seguinte quantitativo de alunos com deficiência matriculados na educação básica (BRASIL, 2017 APUD ZILIOTTO E GISI 2018,p.110).

Na educação básica, 84,1% dos alunos com deficiência têm transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídas em classes comuns. 61,3% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência incluídos em turmas regulares. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%. Banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida está disponível em 37,1% das escolas de anos iniciais, em 51,7% daquelas que oferecem os anos finais e em 62,2% nas de ensino médio .

Sabe-se que apesar do crescente número de alunos matriculados nas escolas regulares, públicas e privadas, isso não significa que a inclusão de fato esteja acontecendo, pois existem vários fatores que ressaltam essa inclusão ou não, como por exemplo estruturas físicas da escola, a formação de professores e de toda a gestão escolar.

2.8 Processo de inclusão da escola

Um dos maiores desafios para a educação inclusiva é a permanência do aluno com necessidades especiais em uma sala (turma) tida como regular, assim nos diz (SCHMITT, 2007,p. 29):

Como política de educação, a inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais nas classes comuns tem como maior desafio à permanência desses alunos na escola e junto àqueles considerados normais. Mesmo diante de dificuldades, ou barreiras atitudinais, pedagógicas e físicas, como denomina Carvalho, também ressaltadas no capítulo II desta dissertação, a Educação Inclusiva, na minha opinião, ressignifica a educação, num profundo respeito pelas diferenças presentes em cada sujeito, em cada um de nós, seja no ambiente escolar ou social.

As mudanças advindas desta nova realidade da educação, deve, pois, ser vista com praticidade, responsabilidade e respeito a todos, tendo em vista que cada indivíduo possui suas devidas particularidades que devem ser levadas em conta em qualquer ambiente que o mesmo venha a estar. Nesse sentido, para (SILVA E SENA 2015, p.130) afirma que o sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno e aluna. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça.

Silva (2020, p. 225) compreende que o para se entender e pensar na educação inclusiva é necessário a percepção de alguns fatores;

Para melhor pensarmos a educação inclusiva na contemporaneidade, devemos compreender as questões distintas entre inclusão e integração. Estas concepções se contrapõem, a começar pela integração, que em sua etimologia diz que está designa a ação do integrar, do colocar em outro espaço, e, veladamente, realizar a adequação do sujeito ao espaço. Já a inclusão tem em seu cerne a questão do adicionar, agregar, e assim executar ações que possam ser participadas por este sujeito.

Portanto, a inclusão é de fato a integração do indivíduo em determinados espaços, seja ele escolar, social e segundo a mesma fazendo as adequações necessárias para que este usufrua com totalidade destas ações. Sendo assim Silva e Sena (2015,p.132) apontam que o:

Processo de ensino aprendizagem escola deve ser construído, então, tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real da criança num dado momento e com relação a um determinado conteúdo a ser desenvolvido e como ponto de chegada os objetivos estabelecidos feitos pela escola, supostamente adequados à faixa etária a ao nível de conhecimento e habilidades de cada grupo de crianças. O percurso a ser seguido nesse processo estará batizado também pelas possibilidades das crianças, isto é, pelo seu nível de desenvolvimento potencial.

No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como aponta Lima et. Al (2010, p.90), quando se trata da inclusão de alunos com necessidades especiais, destacam-se: o número insuficiente de profissionais qualificados para esse atendimento, a escassez de recursos materiais e didáticos, além do elevado número de alunos por turma. Estas são situações que devem ser levadas em conta durante este processo.

D´Antino e Mazzotta apud Amiralian (2005, p. 61) defende que

O uso do termo inclusão na escola pode ser entendido como uma situação em que é imprescindível uma compreensão do aluno com deficiência, de

modo que ele possa ser integrado, ou seja, passe a pertencer à escola e fazer parte integrante dela.

Ou seja, o aluno precisa se sentir verdadeiramente incluído que ele tenha consciência de que ele é pertencente à escola.

Completando esse pensamento pode se dizer que “a política educacional é somente uma das áreas das políticas sociais construídas segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei. Assim, ainda que diferencialmente, abrange igualmente pessoas de todas as classes sociais”. (D’ANTINO E MAZZOTTA APUD AMIRALIAN, 2005, p. 61).

Portanto, como salienta (LIMA ET. AL 2010,p.88)

A inclusão não pode acontecer, apenas, por determinação legal, mas, sobretudo, pela necessidade de possibilitar ao outro o convívio social e educacional. A comunidade escolar precisa ser apoiada e orientada a refletir, criticamente, sobre suas atitudes visando a sua assunção no papel de agente transformador da educação.

A inclusão não depende apenas de leis, estas são primordiais sem dúvida, no entanto deve ser efetiva quanto a estruturação das escolas, dos currículos educacionais e principalmente na formação dos professores e da sociedade escolar como um todo.

2.9 Formação de professores para lidar com a inclusão

Para Duek e Naujorks (2006,p. 37) :

considerando que o professor está em permanente processo de construção, também seu autoconceito passa por uma redefinição constante a partir das relações que estabelece com o meio, exercendo influência decisiva na forma como percebe os acontecimentos, os objetos e as outras pessoas. Tem-se, neste sentido, o professor como um profissional que necessita refletir sobre seu autoconceito, buscando o autoconhecimento, pois na relação professor-aluno, além do caráter acadêmico, estão presentes as características psíquicas de ambas as partes, sendo que tanto o professor quanto o aluno, ficam submetidos a interações psicológicas que, muitas vezes, modificam-nos profundamente.

Sendo assim o professor está em constante formação, de conceitos, conhecimentos pedagógicos e conhecendo a si mesmo, pois ele está em constantes trocas com o meio em que está inserido, principalmente na sua relação com seu aluno. O professor como peça fundamental para a educação como um todo, se depara agora com um novo desafio, a busca por metodologias que buscam atender

a todos os alunos, de maneira em que este não haja de maneira passiva dentro do processo de inclusão como aponta (SCHMITT, 2007, p. 27):

A Educação Inclusiva apresentada na Declaração de Salamanca, propõe-se a melhorar a qualidade do ensino para todos, atuando como impulsionadora das mudanças, eu diria, nem tão simples, nas práticas educacionais nas escolas, que desafiam o professor a encontrarem novas metodologias para a participação ativa que seja favorável a todos os alunos, mas focadas nos ANEEs. Esse é um grande desafio para a educação brasileira.

Observando todo este contexto do processo de inclusão na sociedade em geral, pensa-se no papel do professor e da escola como agentes transformadores e por consequência promotora da inclusão. Sabendo que o professor e mediador do conhecimento em sua sala de aula têm grandes desafios e responsabilidades perante a esta realidade, Mantoan (2003, p. 25) aponta que todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças. Ainda com este pensamento Duek e Naujorks (2006, p. 37) também ressaltam:

Neste sentido, sinaliza-se que a formação dos professores, principalmente daqueles que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais, precisa ser revisitada, uma vez que esta clientela escolar coloca o professor diante de situações existenciais pouco estudadas e compreendidas, tornando-se de fundamental importância a inclusão do profissional que trabalha com este alunado.

A formação do professor deve ser revista, pois se trata de uma nova realidade para este professor,

Segundo (Rocha, 2017, p. 02)

É um grande desafio aos professores o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois cabe a eles construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Muitas vezes os professores apresentam resistência quando o assunto é mudança, causando certo desconforto.

Percebendo a responsabilidade perante a educação inclusiva e o fato de nem sempre os professores terem apoio pedagógico para o bom desenvolvimento e andamento do ensino aprendizagem, estes se sentem receosos para com tal desafio. Além disso, o mesmo deve ter sempre planejamento e está sempre atento quanto aos seus alunos e sua forma de aprender. Sabe-se que, mesmo em uma

sala de aula dita regular, os professores se deparam com diversas realidades que podem influenciar diretamente na forma de aprender do aluno.

Com esse pensamento Mantoan (2003, p. 29) afirma que:

Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais.

O professor é peça chave para a inclusão, pois é ele que de fato faz a educação acontecer, e tem o dever e poder de mostrar que ela (a inclusão) é uma oportunidade única para os alunos, pois estes poderão mostrar toda sua capacidade de desenvolvimento, ainda mais que estimulados de maneira correta. Pode se destacar aqui também que o convívio dos alunos ditos normais com os especiais desenvolve a noção de respeito pelas diferenças e promove a cidadania deste indivíduo, uma obrigação não só apenas da escola como também das famílias.

O professor bem capacitado e amparado, é imprescindível para que o processo de ensino e aprendizagem e de inclusão sejam desenvolvidos de forma satisfatória. (SCHMITT, 2007, p. 70) apud CEED (2006):

A formação dos professores para o ensino na diversidade e para o desenvolvimento de trabalho de equipe é essencial para a efetivação da inclusão [...]. O professor capacitado para atuar em classes comuns com alunos que apresentem necessidades educacionais especiais é aquele que comprova, em sua formação, de nível médio ou superior, a inclusão de conteúdos sobre Educação Especial e competências para: perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo; atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Nesse quesito existem políticas públicas que podem dar certo amparo para essas situações como aponta Silva e Col. (2014, p.08):

Uma das contribuições da Política Nacional de Educação Especial visando à melhoria e orientação das redes de ensino é o Atendimento Educacional Especializado - AEE, que visa modificar e atender as exigências de uma educação igual para todos. Refere-se a um professor especializado nesse tipo de atendimento que identifica a necessidade de cada um, cria e articula um plano de ensino dentro do ensino comum, provendo recursos para esses alunos, adaptando as situações, trazendo para o seu cotidiano não só na parte pedagógica, mas também preparando para a sociedade.

Sendo assim, fica em evidência a importância da flexibilidade do professor e da sua capacitação para uma melhor metodologia de ensino, tendo em vista a heterogeneidade da sua sala de aula. Mesmo que este ainda apresenta certa inexperiência perante a tal situação, pois isto ainda é empecilho para que as escolas aceitem alunos com deficiências, privando-os de educação formal. No entanto, seria vago receber esse público estando despreparado, apenas cumprindo por obrigação e não por ser um fator importante de fato. Nesse sentido OLIVEIRA; CHACON, 2017, p.50 apud LIMA E MARCONDES, 2020, p.126 discorrem:

Sem dúvida que a perspectiva inclusiva introduz um novo debate sobre a formação de professores, visto que a formação inicial deve oferecer a todos os professores uma base de discussão e conhecimento sobre as NEE e o manejo de práticas pedagógicas que considerem as diferenças e, entre elas, as deficiências, os transtornos globais do desenvolvimento e as altas habilidades/superlotação

Com a reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura pode se perceber a presença de disciplinas como Libras (Língua Brasileira de Sinais), como aponta Lima e Marcondes (2020,p.125) Educação Inclusiva, ou a temática surgindo nas ementas de disciplinas como Práticas de Ensino (e afins). Nos perguntamos se essas inserções são suficientes se após percorrido estas vivências o professor estará preparado para inclusão?

As autoras citadas acima deixam uma questão a ser revista, essas medidas podem ser suficientes para a preparação desse professor para atuar no processo de inclusão? Segundo as mesmas, é bem possível que a resposta seja negativa pois como já é sabido apenas teoria não prepara o professor, pois a realidade pode ser destoante, “quando um novo professor sai da faculdade e se defronta com a vida real, constata que não foi preparado para a inclusão” (AIRON, 2016, n.p Apud LIMA E MARCONDES 2020. p.128, 129).

Para eles a formação de professores, Oliveira e Chacon (2017, p.50) apud Lima e Marcondes (2020, p.125) concluem que, para concebermos nas escolas a perspectiva inclusiva, é necessário considerar outros modelos de formação, mas, não basta planejar oferecer uma formação melhor, é necessário que seja realizada de uma maneira diferente. Muitos acreditam que exista uma receita pronta e acabada para o ensino como também para o processo de inclusão, porém Lima e Marcondes (2020, p.127) mostram que não é nesse sentido:

A crença é que exista uma fórmula, obtida na formação, cujo detentor se torna apto a trabalhar com todo aluno, com as mais diversas necessidades. Ainda que tal receita não exista, reconhecemos que essa busca é legítima, pois ao se depararem com algo que julgam ser desconhecido e se perceberem como não preparados, se mostram em um movimento pelo conhecimento em como proceder.

Algo que deve ser observado é a estrutura física das escolas, pois existem não só alunos com deficiências ditas intelectuais, mas também as limitações físicas, e se a escola não apresenta uma estrutura adequada para receber este aluno o mesmo não fará parte do processo inclusivo que a escola se propõe a realizar.

Neste sentido Silva e Col. (2014, p.07) trazem apontamentos pertinentes nos que diz respeito à estrutura física escolar:

O professor precisa repensar nas suas estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado na sala de aula, faz se necessário repensar nas práticas pedagógicas até mesmo numa nova gestão da classe, porque ainda é muito forte a ideia de controle, principalmente quando se fala em delimitação de espaço físico. É de grande importância pensar não só no ambiente, como também no acesso e permanência nesse espaço como um todo, seja na escola como prédio ou até mesmo nas mesas e cadeiras, sempre utilizando os meios ofertados pela instituição.

O professor deve repensar também a sua metodologia e didática, para que alcance a todos os seus alunos, explorando todo o espaço que a escola oferta, e a mesma deve estar adequada para o bom andamento das aulas. Nesse sentido a ambientalização é um fator valioso para o processo inclusivo, uma vez que o aluno que necessita deste cuidado se sentirá acolhido e que de fato está incluso neste ambiente.

Outro aspecto a ser observado é a participação da família, acredita-se que deva existir uma colaboração entre escola/família, não só no que diz respeito à educação inclusiva, mas em todo o processo de educação formal. Nesse aspecto Mantoan (2003, p. 30) reforça que:

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu.

Portanto existe aqui um tripé para que ocorra de fato uma educação de qualidade e de forma inclusiva, poder público com políticas públicas de qualidade

que garantem não só o acesso, mas também a permanência do aluno na escola, a família que busca lutar pelos direitos dos filhos, que acompanham os mesmo nesse processo de escolarização e a escola, pois tudo começa com uma boa educação, com professores valorizados e motivados.

2.10 Educação Especial e Educação inclusiva

Para muitos, educação especial e educação inclusiva são sinônimas, ou seja, uma contrária da outra, porém como Saia, Nunes e Tavares (2015, p. 1109) pontuam que o conceito de educação inclusiva não substitui simplesmente a educação especial. A educação inclusiva parte das lutas e bandeiras da educação especial, mas retoma a educação democrática para todos. Portanto elas são complementares, uma defende a educação para as pessoas com necessidades especiais e a outra abrange ainda mais esse conceito, afirmando que todos possuem direito à educação e a mesma de qualidade.

A inclusão vai muito além do simples ato de compartilhar o mesmo espaço físico dentro da escola, é buscar métodos e caminhos que possam mostrar para o aluno sua capacidade e assim conseguir atingir o objetivo que é a aprendizagem. Mantoan (2003, p. 20) ressalta que temos, então, de reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas; enfim, precisamos construir uma nova ética escolar, que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social e, por que não, planetária! Sendo assim uma afirmação necessária para a reformulação escolar. Ainda com esse pensamento, Mantoan (2003, p. 21) Apud Santos (1995) afirma que:

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades — nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. Então, como conclui Santos (1995), é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.

Nesse contexto os autores deixam claro que se faz necessário também ser diferente e não deve ser visto de maneira ruim, e que é um benefício sim ser diferente, contanto que igualdade se aplique nos direitos como cidadãos.

Contudo para entender, ou melhor, compreender esse processo inclusivo é necessário buscar na história os fatos que envolvem a “evolução” da pessoa com deficiência, pois é sabido que qualquer anomalia genética apresentada em uma pessoa está era automaticamente excluída do convívio familiar e por consequência o convívio e a interação social como aponta (NETO E COL. 2018, p.83):

A história humana evidencia, desde a Antiguidade, a descrição de pessoas com alterações anormais por motivo genético. A essas pessoas era negado o convívio social; elas eram enclausuradas em suas próprias casas ou em outro lugar para tratamento, pelos familiares ou pelas autoridades.

Nem sempre essas táticas eram bem-sucedidas, pois era notável o total desconhecimento e despreparo de instituições que havia para fazer tal tratamento. Ainda neste intuito não era incomum a família sacrificar crianças que desde a tenra idade quando percebiam que o mesmo era diferente.

Tendo este entendimento Brasil, 2008a, p 15 Apud Ziliotto e Gisi 2018,p. 109 afirma que:

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Para Schmitt (2007,p. 22), o panorama da Educação Especial aponta para a Educação Inclusiva: educação que respeita a diversidade humana, numa contraposição à homogeneização de estudantes, ou seja, uma educação que sabe das diferenças de cada indivíduo é trabalha para que esta diferença não reflita de forma negativa no processo de ensino do aluno.

Schmitt (2007,p.23) ainda ressalta que:

Acredito na possibilidade de superação desse tipo de exclusão, bem como daquela ocorrida no ambiente escolar, a médio/longo prazo, pensando ainda no despreparo das sociedades e dos sistemas educacionais. Apesar das teorias que sustentam a Educação Inclusiva, esta passa por uma prática no cotidiano escolar, onde ainda há muito desconhecimento técnico e pedagógico na realização do trabalho com os ANEEs.

Apesar do processo de inclusão ser algo que deve ser desenvolvido a longo prazo, este ainda encontra barreiras para que se consolide de fato, pois além da

prática, da vivência escolar, exige ainda um conhecimento ainda em construção para a realização deste processo.

Um ponto a ser observado é que a educação especial e educação regular estavam dívida, ou seja, o aluno deveria se adequar a realidade escolar, (SCHMITT, 2007, p. 23 ,APUD MENDES, 2002), nesse sentido os autores ainda completam:

O fato de que na educação especial constituída à parte do todo, as atenções recaíram mais no que era especial do que no que era necessário educação de todo e qualquer aluno. O processo pedagógico detinha-se em patologias e pensava-se em reabilitar: aquele que não fala, não anda, aquele que apresenta uma outra lógica. O compromisso era preparar alguém para vir a ser. A integração total só ocorria quando o aluno conseguisse acompanhar o currículo desenvolvido no ensino regular. A maioria dos alunos, percorrendo um currículo especial, não conseguia atingir os níveis mais elevados de ensino. O tempo de vida na escola não acompanhava o tempo de vida fora dela.

Portanto, por mais que a educação especial seja parte de um todo, a mesma não era vista assim, como os autores explicitaram o foco em si não totalmente a escolarização ou a preparação do indivíduo para viver socialmente, mas era a “reabilitação” das deficiências que este apresentava.

É notório que para que a educação seja inclusiva de fato faz se necessário a colaboração entre os pilares da sociedade, ou seja, escola e família devem andar lado a lado, nesse sentido Schmitt (2007,p. 22.) aponta:

...a parceria entre a família e a escola, dividindo a responsabilidade pelo trabalho, considerando os pais como parceiros ativos. A Declaração de Salamanca define a necessidade de parceria entre a família, os professores e os profissionais da escola, com o objetivo de juntar forças na questão da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais às classes comuns do ensino regular.

Por tanto se faz necessário colaboração entre família e escola, para que esta realidade possa de fato ser compreendida e que a inclusão aconteça.

3.METODOLOGIA

3.1 Materiais e métodos

Para atingir os objetivos elencados deste trabalho, foi realizada uma revisão teórica na literatura, por meio de pesquisas em artigos científicos, livros e acesso a bancos de dados de teses e dissertações, sobre: Educação Inclusiva, tendo como intenção o aprofundamento dos conhecimentos prévios, e consequentemente a conquista de uma considerável compreensão, no fomento das discussões dos resultados. Para Marconi e Lakatos (2003,p.183) a finalidade de tal revisão é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas, quer gravadas.

Esta é uma pesquisa de natureza básica que segundo Freitas e Prodanov (2013, p. 51) que objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais. É também exploratória pois:

Quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

De campo, que para Freitas e Prodanov (2013,p. 59) é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Levantamento, pois, esse tipo de pesquisa ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário (FREITAS E PRODANOV 2013, p.56 e 57). Com aplicação de questionários como método de coleta de dados. O questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador, como apontam (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 201).

3.2 Universo da Pesquisa

O local de desenvolvimento desta pesquisa é a Escola Municipal Celso Alves Mourão e a Unidade Pré-Escolar Delza da Paixão Pereira. Segundo resultados do Censo Demográfico (2010), dados guarnecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Porto Nacional, cidade localizada na região centro-sul do estado do Tocantins, conta com uma população de 49.146 habitantes, tendo uma estimativa de 53.618 no ano de 2021, e economia tem todo potencial no setores de agropecuária e de comércio, município possui 161 anos de emancipação política e 284 anos de história e onde se localiza a Escola Municipal Celso Alves Mourão e a Unidade Pré-Escolar Delza da Paixão Pereira.

Sendo assim, este é o universo da presente pesquisa, são os estudantes e professores das escolas municipais Celso Alves Mourão Unidade Pré-Escolar Delza da Paixão Pereira. A Escola Celso Alves Mourão conta com os níveis de Ensino Fundamental, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, EJA. Possui uma estrutura com 18 professores, um quantitativo de 475 alunos matriculados e 18 turmas. A Unidade Pré-Escolar Delza da Paixão Pereira dispõe dos níveis de Ensino Fundamental, Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Há uma estrutura com 18 professores, um quantitativo de 463 alunos matriculados, 19 turmas, sendo o número obtido em resposta do a solicitação deste pesquisador a direção geral das unidades escolar e pré-escolar, sobre o quantitativo de estudantes matriculados no referido período.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

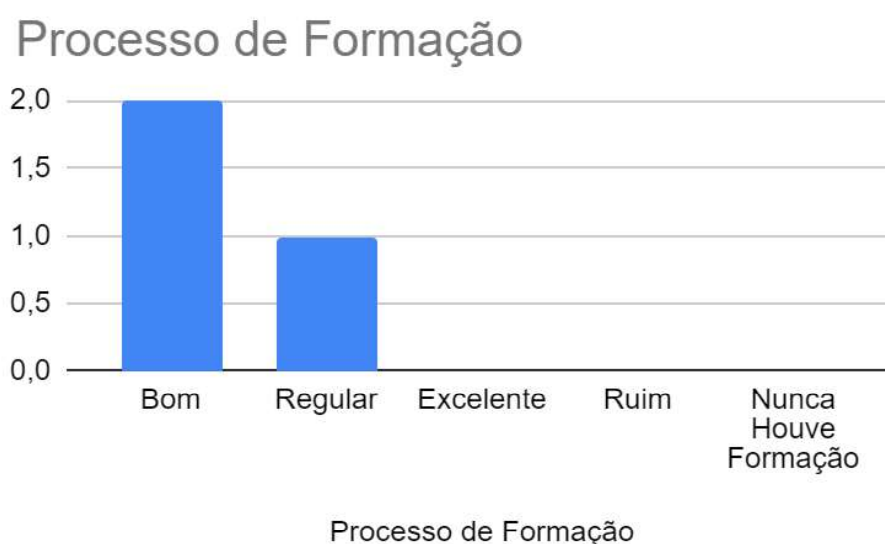
Neste capítulo são apresentados os resultados e discussão a partir dos dados obtidos na coleta de dados da pesquisa.

Com a aplicação do instrumento de coleta de dados aos professores (questionários) em que se obteve 3 (três) respostas para o questionário, já no questionário aplicado aos estudantes não houve respostas por parte dos mesmos. Como uma maneira de facilitar a análise, vai se exposto os resultados na mesma ordem em que os dados foram coletados, conforme consta em no capítulo sobre os “Instrumentos de coleta de Dados e Procedimentos Metodológicos”.

4.1 Dados do Questionário

A pesquisa foi distribuída para um total de 36 professores das Escolas Municipais Celso Alves Mourão e Delza da Paixão Pereira, apenas 0,03% dos entrevistados aceitaram participar e contribuir com suas respostas sendo assim do público em que se abrangeu a pesquisa, podemos observar o gráfico 1, apresenta sobre o processo de formação para trabalhar com a inclusão:

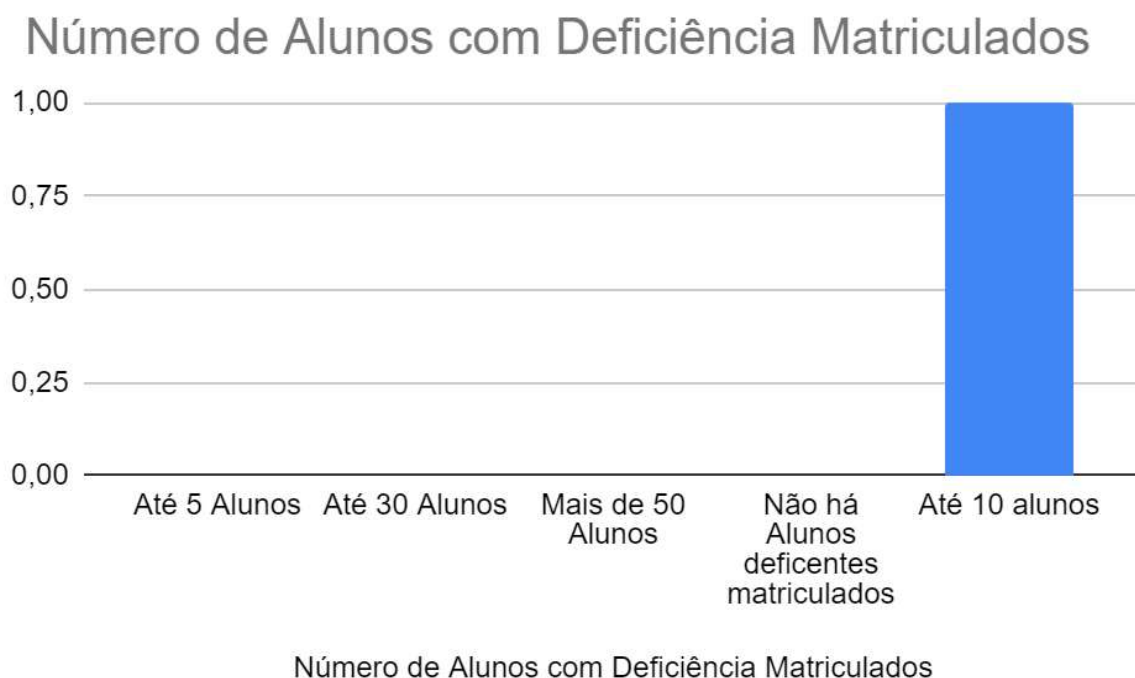
Gráfico 1: Processo de formação



Fonte: Dados coletados pela autora/2022

Podemos observar que 66,7% dos entrevistados afirmam que o processo de formação dos profissionais da educação para trabalhar com o fator inclusão foi realizado de forma satisfatória, e apenas 33,3% diz que esta formação se deu de forma regular.

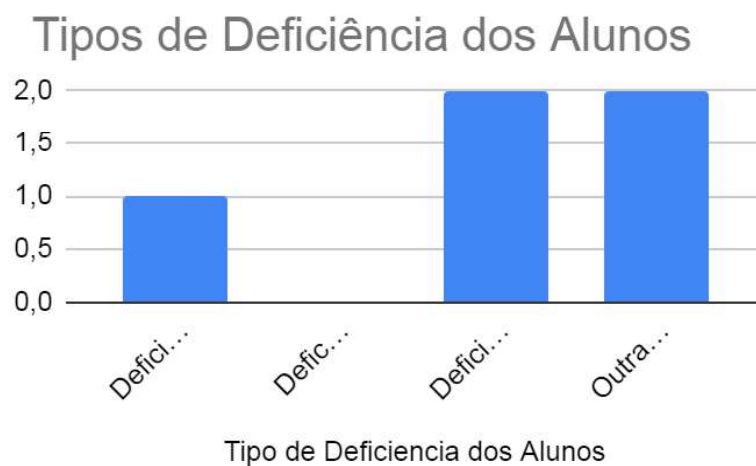
Gráfico 2: Número de alunos com deficiência.



Fonte: Dados coletados pela autora/2022

Nas Instituições visitadas foi contabilizado que há até 10 alunos com deficiência matriculados, portanto este pode ser considerado um número significativo para todo o processo de inclusão.

Gráfico 3: Tipos de deficiências dos alunos

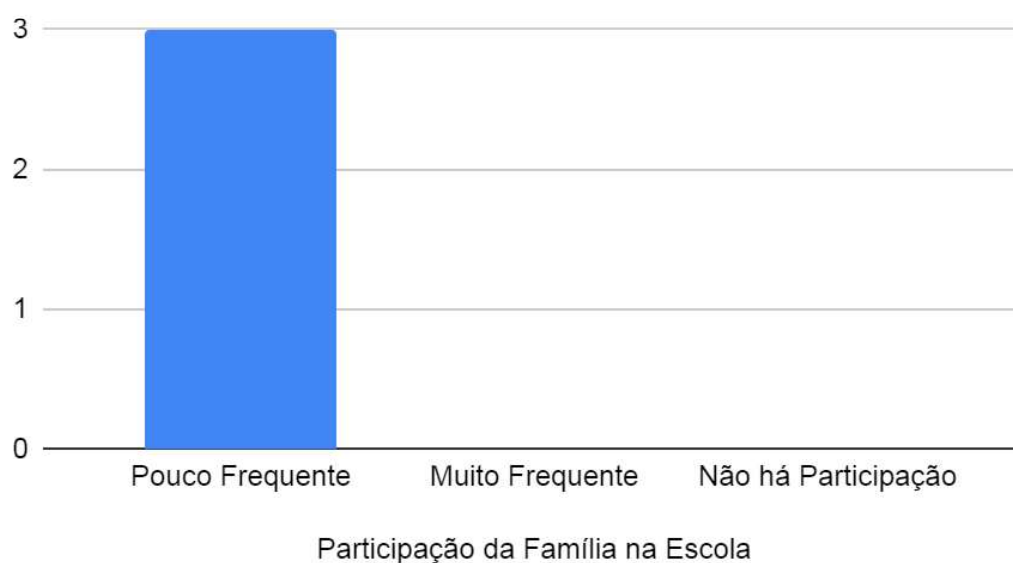


Fonte: Dados coletados pela autora/2022

Outra questão abordada foi sobre os tipos de deficiência dos alunos matriculados, 20% deficiência visual, 40% deficiência física e 40% outras (Intelectual, TEA, TDAH).

Gráfico 4: Participação da família

versus Participação da Família na Escola



Fonte: Dados coletados pela autora/2022

Através dos resultados podemos observar uma falha muito importante de ser reorganizada que é a participação da família no processo de ensino e aprendizagem do aluno, tendo em vista que a família é o ponto de apoio para a criança e se a mesma não está envolvida no processo de ensino do aluno torna mais difícil o trabalho da escola surgir efeitos permanentes com mais rapidez.

5. CONCLUSÃO

Considerando a proposta inicial da pesquisa que era analisar a educação inclusiva: o processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas municipais Celso Alves Mourão e Delza da Paixão Pereira em Porto Nacional/TO. Os resultados obtidos na pesquisa vão ao encontro com os objetivos propostos que buscavam analisar o Processo de Inclusão dos Alunos com Deficiência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais Celso Alves Mourão e Delza da Paixão Pereira em Porto Nacional.

Com a pesquisa realizada nas escolas pode-se verificar que as mesmas possuem uma quantidade mínima de alunos com deficiência, chegando a número máximo 10 alunos, e esses possuem deficiências variadas entre visual, física e intelectual, para o atendimento desses alunos as escolas contam com uma rede de professores capacitados com formações necessárias para atender esses alunos.

Além disso, como forma de ação do poder público para com o processo de inclusão são a oferta de salas de atendimento especializado ou sala de recursos, em que o aluno é acompanhado no contra turno. Outro ponto importante observado é a figura do auxiliar do professor, apesar do nome sugerir que o profissional esteja ali para auxiliar o professor o mesmo tem como função facilitar o processo de inclusão do aluno deficiente, este dependendo da necessidade do aluno atua em momentos específicos.

Em uma das escolas observadas existe este profissional que atua apenas para facilitar a comunicação entre os professores a aluna que é surda, o mesmo já atua como intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Em conversa com uma das professoras regentes da turma a mesma relatou que a sua maior preocupação era se a aluna estava aprendendo, pois a comunicação era falha, ela ainda reforça que um passo importante é o de aprender os sinais com ela, e que já sabe o básico e continua a aprender.

Um desafio que pode ser verificado na pesquisa é o fato de a família ter de pouca ou nenhuma interação com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, o que torna o trabalho da escola muitas vezes maior pelo fato de ao chegar em casa esses alunos não terem o estímulo e incentivo necessário para continuar o processo de evolução intelectual abordado e trabalhado na escola. Por tanto, esse é

um assunto importante a ser abordado e analisar estratégias e projetos para mudar essa realidade e trazer os pais para fazer parte do processo de ensino e aprendizagem de seus filhos juntamente com o corpo docente.

6.REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes;**DESMISTIFICANDO A INCLUSÃO**.Rev. Psicopedagogia 2005; 22(67): 59-66. Disponível em <<https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v22n67a07.pdf>> acessado em outubro de 2022.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS. Motrivivência Ano XXII**, No 34, P. 40-60 Jun./2010. DOI: 10.5007/2175-8042.2010n34p40. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/17135>> acessado em 10 de agosto de 2022.

BRASIL. **Presidência da República. Casa Civil.** Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. D.O.U. 21 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> acessado em 29 de Abril de 2022.

CAMARGO, Eder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces.** *Ciência. Educ.*, Bauru, v. 23, nº 1, jan./mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001. Acesso em agosto de 2022.

DEMO, Pedro; Inclusão digital – cada vez mais no centro da inclusão social. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar., 2005. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/33540952.pdf>> acessado em 30 de abril de 2022.

DUEK, Viviane Preichardt. NAUJORKS, Maria Inês. **Inclusão e autoconceito: reflexões sobre a formação de professores 1.** *Educação Santa Maria*, v. 31 - n. 01, p. 35-52, 2006 35 Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acessado em 15 de setembro de 2022.

FARIAS; Norma. BUCHALLA; Cassia Maria. **A Classificação Internacional de Funcionalidade**. Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas- Rev. Brasil. Epidemiol 2005; 8(2): 187-93.

FREIRE, Sofia; Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1, 2008 | 5 - 20 5 UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>> acessado em agosto de 2022.

GAUDENZI, Paula. ORTEGA, Francisco. **Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/HFz9VsDjHFTLsyCzNQThK9y/?format=pdf&lang=pt>> acessado em 12 de fevereiro de 2022.

IBGE. **Conheça o Brasil - População, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. Brasil. 2010. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Censo,ou%20possuir%20defici%C3%Aancia%20mental%20%2F%20intelectual.>>> acessado em 10 fevereiro de 2022.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed São Paulo: **Atlas** 2003. Bibliografia. ISBN 85-224-3397-6.

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. *Revista Inclusão Social*. Brasília: IBICT, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/7/13>>. Acesso em 21 out 2022.

LIMA, Marilena Guimarães; SOUTO, Maria da Conceição Dias; SILVA, Vernon Furtado da; HENRIQUE, José. **A inclusão de alunos com deficiência intelectual em classes regulares: análise do contexto institucional na perspectiva dos educadores**. Revista Educação em Questão, vol. 38, núm. 24, maio-agosto, 2010, pp. 88-114 Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, Brasil.

LOPES, Corcini Maura. **Políticas de Inclusão e Governamentalidade Educação & Realidade**, vol. 34, núm. 2, maio-agosto, 2009, pp. 153-169. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Brasil.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer**. São Paulo. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr65TFSs5H/?format=pdf&lang=pt>> acessado em 12 de fevereiro de 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. São Paulo: **Moderna**, 2003. — (Coleção cotidiano escolar). Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>> visitado em 04 de fevereiro de 2022.

MAIA, Maurício. **Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso**. São Paulo. 2008. Disponível em: <https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/novo_conceito_de_pessoa_com_deficiencia_e_proibicao_do_retrocesso.pdf>. Acessado em 12 de fevereiro de 2022.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbetes Declaração de Salamanca**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 10 out 2022.

MARCONDES, Fabiane Guimarães Vieira. LIMA, Priscila Coelho. **A busca pela receita de inclusão na formação de professores: o olhar para o outro e a empatia matemática como um caminho possível**. BOLETIM GEPEM (ISSN: 2176-2988). No 76 – jan. /jun. 2020.

NETO, Antenor de Oliveira Silva; AVILA, Éverton Gonçalves ; SALES, Tamara Regina Reis; AMORIM, Simone Silveira; NUNES, Andréa Karla, Vera Maria Santos. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan./mar. 2018 Santa Maria Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>> Acessado em fevereiro de 2022.

NUBILA, Heloisa B.V. **uma introdução à CIF**. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde- Rev. Brasil. Saúde ocupa, São Paulo, 35 (121): 122-123, 2010.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. **Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família**. Psicologia, Ciência e Profissão, vol. 35, núm. 4, outubro-diciembre, 2015, pp. 1106-1119 Conselho Federal de Psicologia Brasília, Brasil. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/2820/282043249009.pdf>> acessado em Agosto de 2022.

PANAROTTO , Janice; SILVA, José Pretto da, **A Inclusão No Contexto Atual**, 2014. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/9206.pdf>. Acesso em setembro de 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: < www.feevale.br/editora > Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7717-158-3 1. Ciência - Metodologia. 2. Pesquisa. 3. Normalização. 4. Metodologia – Estudo e ensino. I. Freitas, Ernani Cesar. II. Título.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2 Jul/Dez 2017 ISSN –2175-1773. Disponível em <>

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SCHMITT, Marga Inês **Inclusão escolar na educação básica: a trajetória de uma escola da Rede Sinodal de Educação da IECLB** / Marga Inês Schmitt; orientadora Gisela I. W. Streck. – São Leopoldo: EST/IEPG, 2006.

SILVA, Maria Rita Paula da SENA, Terezinha de Jesus Martins de. A inclusão do aluno surdo no ensino regular. **Protestantismo em Revista | São Leopoldo** | v. 37 Ed. Esp. Extra | p. 120-139 | jun. 2015 Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp>>. Acessado em 28 de setembro de 2022.

SILVA, Flavia Natalia Ramos da; VOLPINI, Maria Neli. **Inclusão escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios**, Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 1 (1): 18-29, 2014. disponível em <<https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014073755.pdf>> acessado em 29 de abril de 2022.

SILVA, Natália Nolasco Neri. DEFICIÊNCIAS SENSORIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo Entre As Ciências**, 9(1), 219-240. 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.22481/rbba.v9i1.6950>> acessado em 29 de Abril de 2022.

WILDER, Gabriela Surana Inclusão social e cultural: arte contemporânea e educação em museus/Suzana Wilder São Paulo **Ed. UNESP** 2009.

WEID, Olivia von der. **Entre as linhas da cegueira**. Uma aproximação prático-teórica dos conceitos de Natureza e Cultura na antropologia contemporânea- 2016- Disponível em: <https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/Entre_as_linhas_da_cegueira.pdf> acessado em 14 de setembro de 2022.

ZILIOTTO, Gisele Sotta. GISI, Maria Lourdes. As Políticas de Educação Especial no Brasil Trajetória Histórica dos Normativos e Desafios. [Sisyphus: Journal of Education](#), ISSN-e 2182-9640, [Vol. 6, Nº. 3, 2018](#) disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7813085>>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

